

10 2016

BOLETIM DE EXECUÇÃO

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	
2. Subsetor do Governo Regional	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita	9
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	24
5. Conceitos aplicados	26
6. Siglas e abreviaturas	27
7. Índice de Quadros	28

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 - ISSN 2182-6331

♦ Apresentação

O Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao final do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de setembro de 2016.

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 - ISSN 2182-6331

♦ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental provisória do terceiro trimestre de 2016 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

€ Milhares

OUADRO I	- Execução orcamental	consolidada (ianeiro-setembro)

	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	823.217,5	303.411,5	215.971,3	885.626,8
Impostos diretos	269.007,4	369,6	0,0	269.377,1
Impostos indiretos	372.637,4	16,1	0,0	372.653,5
Contribuições de Segurança Social	15,9	0,0	0,0	15,9
Outras receitas correntes	181.556,8	303.025,7	215.971,3	243.580,4
Transferências correntes	149.082,0	297.322,6	185.897,4	175.346,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	147.486,8	2.509,7	137,4	150.133,9
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	272.397,8	184.557,4	0,0
Receita de capital	78.551,9	9.528,2	16.625,0	95.216,7
Venda de bens de investimento	398,7	0,0	11,4	410,1
Transferências capital	63.255,2	9.438,1	16.591,9	79.796,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	40.855,3	0,0	0,0	40.855,3
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	347,7	9.140,7	0,0
Receita efetiva	901.769,4	312.939,7	232.596,3	980.843,5
Despesa corrente	833.516,3	294.693,0	207.832,0	883.108,1
Consumo público	408.492,8	91.023,9	190.823,6	690.340,3
Despesas com o pessoal	262.984,7	27.458,8	110.653,6	401.097,1
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	145.508,1	63.565,1	80.170,0	289.243,2
Subsídios	2.254,3	3.246,1	168,1	5.668,5
Juros e outros encargos	112.436,2	1.006,5	9.693,8	123.136,5
Transferências correntes	310.333,0	199.416,4	7.146,5	63.962,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	1.682,2	0,0	1.682,2
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	274.595,2	178.319,7	18,3	0,0
Despesa de capital	64.553,8	6.070,4	12.712,1	75.912,9
Investimento	49.666,1	430,7	12.705,3	62.802,1
Transferências de capital	14.887,7	5.639,7	6,7	13.110,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	1.000,0	1.007,6	0,0	2.007,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	7.423,3	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	898.070,0	300.763,3	220.544,1	959.021,0
Saldo global	3.699,3	12.176,4	12.052,2	21.822,5
Por memória:				
Saldo corrente	-10.298,8	8.718,6	8.139,2	2.518,7
Despesa corrente primária	721.080,1	293.686,4	198.138,3	759.971,6
Saldo corrente primário	102.137,4	9.725,1	17.833,0	125.655,2
Saldo de capital	13.998,1	3.457,8	3.912,9	19.303,8
Despesa primária	785.633,9	299.756,8	210.850,3	835.884,5
Saldo primário	116.135,5	13.182,9	21.746,0	144.959,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 30 de setembro de 2016, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento da Administração perímetro Pública Regional é superavitário em 21,8 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 210,1 milhões de euros face aos valores registados até setembro de 2015. O saldo primário ascende a 145,0 milhões de euros e o saldo de capital é superavitário em 19,3 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 959,0 milhões de euros e a uma despesa primária de 835,9 milhões de

euros. A *receita efetiva* ascendeu a 980,8 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 145,1 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 262,8 milhões de euros e o saldo global é superavitário em 167 milhões de euros, o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O saldo global registado no final de setembro de 2016 pelo subsetor do Governo Regional na ótica Contabilidade Pública –, foi de 3,7 milhões euros, o que representa uma melhoria de 188,9 milhões de euros face ao terceiro trimestre de 2015. Esta circunstância decorre, por um lado, do acentuado aumento da receita, tanto na componente impulsionada pela evolução corrente, das principais componentes positiva correntes, como na componente de capital, alavancada pela transferência das verbas relativas ao Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, nos termos da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e, por outro lado, da diminuição das Despesas de

capital, que se traduz numa variação homóloga de -41,9 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do forte incremento, em 2015, do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, e que representou, nos nove primeiros meses daquele ano, 59% da despesa de capital realizada (106,5 milhões de euros). De salientar que a dinâmica da despesa de 2015 foi fortemente influenciada pela utilização do empréstimo de 150 milhões de euros, com vista à regularização de encargos de anos anteriores. Em paralelo, verificou-se uma diminuição das Despesas correntes, que se traduz numa variação homóloga de -56,6 milhões de euros, fundamentalmente em virtude das

evoluções descendentes evidenciadas nas despesas com a Aquisição de bens e serviços (influenciada pelo decréscimo das despesas com as SCUTS) e com os principais agregados da despesa corrente, exceção feita aos Juros e outros encargos. A despesa efetiva registou um decréscimo de 9,9% face aos primeiros nove meses de 2015, tendo a *receita efetiva* registado uma evolução no sentido inverso, de maior intensidade (11,1%). Especificamente, o saldo de capital apresenta-se superavitário, tendo registado uma melhoria de 70,0 milhões de euros face ao registado nos nove primeiros meses do ano anterior. O saldo corrente evidenciado no final de setembro de 2016 ascendeu a -10,3 milhões de euros e o saldo de capital a 14,0 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 134,1 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, em termos homólogos, enquanto na vertente corrente a *receita* aumentou 8,2% a *despesa* variou -6,4%, fundamentalmente devido aos decréscimos

registados ao nível da Aquisição de bens e serviços e das Transferências correntes. O saldo global evidenciado no final de setembro de 2016 resulta do comportamento da receita efetiva, que variou 11,1%, influenciada positivamente tanto pela evolução registada ao nível da componente de capital (55,7%), como pela variação evidenciada ao nível componente corrente (8,2%). Registou-se, por seu turno, um decréscimo da despesa efetiva (-9,9%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução de todos os seus componentes, à exceção dos Juros e outros encargos e das Outras receitas correntes. Da informação disponível, sobressai que 14% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (117,1 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente das componentes corrente e de capital – cristalizada em variações homólogas de, respetivamente, 8,2% e 55,7% face aos nove primeiros meses de 2015, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-setembro)

€ Milhares

	2015	2016	VH (%)
Receita corrente	760.879,0	823.217,5	8,2
Receitas fiscais	595.257,3	641.644,8	7,8
Impostos diretos	245.300,7	269.007,4	9,7
Impostos indiretos	349.956,6	372.637,4	6,5
Outras receitas correntes	165.621,7	181.572,7	9,6
Receita de capital	50.438,3	78.551,9	55,7
Receita efetiva	811.317,3	901.769,4	11,1
Despesa corrente	890.080,9	833.516,3	-6,4
Despesas com o pessoal	269.591,4	262.984,7	-2,5
Aquisição de bens e serviços	174.936,9	144.876,4	-17,2
Juros e outros encargos	90.500,9	112.436,2	24,2
Transferências correntes	346.076,1	310.333,0	-10,3
Administrações Públicas	306.570,7	274.595,2	-10,4
Outras	39.505,3	35.737,8	-9,5
Subsídios	8.547,0	2.254,3	-73,6
Outras despesas correntes	428,6	631,7	47,4
Despesa de capital	106.415,7	64.553,8	-39,3
Investimento	81.138,3	49.666,1	-38,8
Transferências de capital	25.277,5	14.887,7	-41,1
Administrações Públicas	13.202,7	8.423,3	-36,2
Outras	12.074,7	6.464,4	-46,5
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	996.496,7	898.070,0	-9,9

Saldo global	-185.179,4	3.699,3	102,0
Por memória:			
Saldo corrente	-129.202,0	-10.298,8	92,0
Saldo de capital	-55.977,4	13.998,1	125,0
Saldo primário	-94.678,5	116.135,5	222,7
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	23.136,6	45.756,3	97,8

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- Em 2016, o saldo primário foi de 116,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 210,8 milhões de euros relativamente a setembro de 2015;
- Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, materializada numa variação homóloga de 92,0%;
- A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória ascendente da receita efetiva, a par de um decréscimo evidenciado na despesa efetiva. Com

efeito, enquanto a receita efetiva aumentou, em termos homólogos, 90,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2016, a despesa efetiva registou uma diminuição de 98,4 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do saldo global evidenciado no final de setembro de 2016 de 3,7 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -10,3 milhões de euros e num saldo de capital de 14,0 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de setembro do subsetor do Governo Regional,

discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov.	- Execução orçamental do Gov. Regional (setembro)				
	2015	2016	VH (%)		
Receita corrente	81.862,4	77.956,0	-4,8		
Receitas fiscais	77.138,7	72.824,0	-5,6		
Outras receitas correntes	3.745,2	2.136,5	-43,0		
Receita de capital	978,5	2.995,4	206,1		
Receita efetiva	82.840,9	80.951,4	-2,3		
Despesa corrente	83.222,6	67.374,0			
Despesas com o pessoal	26.951,3	26.518,2	-1,6		
Aquisição de bens e serviços	3.592,5	3.812,0	6,1		
Juros e outros encargos	4.213,7	2.440,8	-42,1		
Despesa de capital	9.318,6	11.333,4	21,6		
Investimento	9.054,3	10.013,9	10,6		
Transferências de capital	264,3	1.319,5	399,3		
Outras despesas de capital	0,0				
Despesa efetiva	92.541,2	78.707,4	-14,9		
Saldo global	-9.700,3	2.244,0	123,1		
Por memória:					
Saldo corrente	-1.360,2	10.582,0	878,0		
Saldo de capital	-8.340,1	-8.337,9	0,0		
Saldo primário	-5.486,5	4.684,8	185,4		

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução orçamental relativa ao mês de setembro expressa uma trajetória parcialmente análoga à registada em termos acumulados para 2016. Com efeito, apesar da receita efetiva ter registado um decréscimo de 2,3% face ao evidenciado em setembro de 2015, verificou-se uma diminuição do lado da despesa efetiva (-14,9%), que induziu a formação de um

saldo global superavitário em setembro de 2016. Em concreto, o saldo global evidencia que a *receita efetiva* superou a *despesa efetiva* em 2,2 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas distintas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram os 10,6 e - 8,3 milhões de euros, respetivamente.

♦ 2.2. Receita

 A receita efetiva do Governo Regional variou 11,1% até setembro de 2016, em virtude de evoluções positivas evidenciadas pelas componentes fiscal e não fiscal. Especificamente, as receitas fiscais registaram um acréscimo de 7,8%, tendo as receitas não fiscais registado uma variação de 20,4% face aos nove primeiros meses de 2015. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (6,5%), motivada, fundamentalmente, variação positiva dos principais impostos, à exceção do IRS. O IVA registou uma evolução positiva (7,0%) face a 2015, em virtude da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de 9,7% em termos homólogos, em virtude do acréscimo registado ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas (41,1%) e da evolução negativa ao nível de receita originada na tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares (-10,5%);

Ao nível da receita não fiscal, a variação de 20,4% face a 2015 reflete dinâmicas de amplitudes distintas entre a componente corrente e de capital. Ao nível da componente corrente, registou-se um acréscimo de 9,6%, motivado, em larga medida, pelo aumento registado receitas nas provenientes dos Rendimentos da propriedade, registou que um acréscimo de 8,9 milhões de euros face ao período homólogo de 2015, em

virtude do pagamento, em maio, de dividendos por parte da VIALITORAL -Concessões Rodoviárias da Madeira S.A.. Por seu turno, a evolução evidenciada na componente de capital (55,7%) é justificada pelo aumento das Transferências de capital, induzido pelo Fundo de Coesão Nacional, tendo sido transferidos mais 7,8 milhões de euros até setembro de 2016 do que no período homólogo de 2015, e das reposições não abatidas nos pagamentos resultante. essencialmente, da entrega de saldos de gerência de serviços e fundos autónomos, nos termos do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/M, de 14 de agosto;

- ♠ Em suma, a receita fiscal fixou-se nos 641,6 milhões de euros no final de setembro de 2016, refletindo uma variação de 7,8% face ao evidenciado no ano anterior. O desempenho da receita fiscal acumulada no terceiro trimestre de 2016 resulta da trajetória ascendente registada tanto ao nível dos impostos indiretos (6,5%), como ao nível dos impostos diretos (9,7%);
- O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à receita fiscal.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiso	o-setembro)	€ Milhares		
	2015	2016	VH (%)	
Receita fiscal	595.257,3	641.644,8	7,8	
Impostos Diretos	245.300,7	269.007,4	9,7	
IRS	149.462,6	133.812,0	-10,5	
IRC	95.838,0	135.195,4	41,1	
Outros	0,0	0,0	0,0	
Impostos Indiretos	349.956,6	372.637,4	6,5	
ISP	38.553,8	40.301,1	4,5	
IVA	263.831,3	282.246,2	7,0	
ISV	4.589,3	6.489,8	41,4	
Imposto de consumo sobre o tabaco	21.922,3	22.597,4	3,1	
IABA	3.982,2	4.217,6	5,9	
Outros	17.077,8	16.785,1	-1,7	
Imposto de Selo	14.278,9	13.389,3	-6,2	
IUC	2.551,5	2.682,6	5,1	
Receita não fiscal	216.060,0	260.124,6	20,4	
Receita efetiva	811.317,3	901.769,4	11,1	

A evolução dos impostos diretos de 2015 para 2016 foi a seguinte:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
 Singulares (IRS) Denota-se uma
 evolução negativa face ao nível de
 receita evidenciado no período
 homólogo de 2015 (-10,5%);
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
 Coletivas (IRC) verifica-se uma variação
 de 41,1% relativamente ao terceiro
 trimestre de 2015.

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, efeitos decorrentes dos acertos finais de imposto do IRS de 2015, que se materializaram numa diminuição das notas de cobrança e num aumento dos

reembolsos, em virtude da Reforma do IRS. Assinala-se que o acréscimo verificado ao nível do IRC foi motivado pelo aumento do pagamento por conta e pela evolução verificada positiva ao nível das regularizações voluntárias. A par do referido, será de assinalar os impactos positivos ao nível do IRC, induzidos pelo aumento eficiência no combate à fraude e à evasão fiscal, assim como às omissões, a que acresce o melhor preenchimento declarativo de entidades com relevo na receita fiscal.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

 Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2015 (7,0%), motivado pelos acertos a

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 = ISSN 2182-6331

que se referem os artigos 3º e 4.º da Portaria n.º 77-A/2014;

- Imposto sobre Veículos (ISV) a receita acumulada registou uma variação de 41,4% face ao período homólogo de 2015;
- ◆ Imposto de Selo (IS) a receita acumulada registou um decréscimo de 6,2%, fundamentalmente explicado pela diminuição da receita proveniente da rubrica de operações financeiras;
- Imposto sobre o Tabaco (IT) a receita líquida acumulada registou um acréscimo de 3,1% comparativamente a 2015;
- Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
 (ISP) a arrecadação da receita
 proveniente destes impostos aumentou

face ao nível da execução de 2015 (4,5%).

A receita não fiscal apresenta uma variação de 20,4%, influenciada pelas variações evidenciadas ao nível das Transferências de capital (devido essencialmente ao registo de parcelas do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, que no mesmo período de 2015 ascendia a 32,9 milhões de euros, menos 7,8 milhões do que o transferido até setembro de 2016), das Reposições não abatidas nos pagamentos e do acréscimo (9,6%), registado ao nível da componente corrente.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, referente aos anos de 2015 e 2016:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-setembro)

€ Milhares

	2015	2016	Grau de Execução (%)	
Receita fiscal	595.257,3	641.644,8	73,0%	
Receita não fiscal	216.060,0	260.124,6	57,1%	
Correntes	165.621,7	181.572,7	73,0%	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	6.417,7	15,9	0,0%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	15.820,7	16.354,6	66,5%	
Rendimentos da Propriedade	1.196,7	10.070,4	65,1%	
Transferências Correntes	134.820,7	149.082,0	76,2%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.061,3	5.178,2	59,5%	
Outras Receitas Correntes	1.304,6	871,7	20,5%	
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%	
Capital	50.438,3	78.551,9	37,9%	
Venda de Bens de Investimento	989,4	398,7	5,0%	
Transferências de Capital	48.023,3	63.255,2	34,1%	
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%	
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.425,6	14.898,0	115,8%	
Receita efetiva	811.317,3	901.769,4	67,5%	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 2.3. Despesa

 A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 9,9% entre setembro de 2015 e setembro de 2016, tendo apresentado um grau de execução de 61,9%, mais 0,3 pontos percentuais do que o executado até setembro de 2015.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-setembro)

€ Milhares

	2015	2016	2015	2016	VH (%)	
		•	Grau de Exe	cução (%)	_	
Despesa corrente	890.080,9	833.516,3	66,0	69,8	-6,4	
Despesas com o pessoal	269.591,4	262.984,7	73,8	73,0	-2,5	
Remunerações Certas e Permanentes	217.418,4	214.057,3	75,2	74,7	-1,5	
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.516,2	1.842,8	49,7	51,5	21,5	
Segurança social	50.656,8	47.084,6	69,3	67,4	-7,1	
Aquisição de bens e serviços correntes	174.936,9	144.876,4	68,4	61,5	-17,2	
Juros e outros encargos	90.500,9	112.436,2	62,1	74,4	24,2	
Transferências correntes	346.076,1	310.333,0	61,5	72,1	-10,3	
Administrações Públicas	306.570,7	274.595,2	62,1	74,3	-10,4	
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	
Administração Regional	306.570,7	274.595,2	62,1	74,3	-10,4	
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-	
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-	
Outras transferências correntes	39.505,3	35.737,8	57,2	59,0	-9,5	
Subsídios	8.547,0	2.254,3	69,7	25,7	-73,6	
Outras despesas correntes	428,6	631,7	6,4	7,8	47,4	
Despesa corrente primária	799.580,1	721.080,1	66,5	69,2	-9,8	
Despesa de capital	106.415,7	64.553,8	39,5	25,0	-39,3	
Investimento	81.138,3	49.666,1	47,2	26,6	-38,8	
Transferências de capital	25.277,5	14.887,7	34,5	30,9	-41,1	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	
Despesa efetiva	996.496,7	898.070,0	61,6	61,9	-9,9	
Por memória:						
Ativos financeiros	23.136,6	45.756,3	41,1	67,4		
Passivos financeiros	107.810,4	118.651,7	82,6	84,8		

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2015 para 2016 foram os seguintes:

Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 130,4 milhões de euros, com base na utilização de receitas próprias da Região, contra 271,9 milhões nos nove primeiros meses de 2015. A diminuição face a 2015 decorre exclusivamente do valor daquele ano refletir a utilização do empréstimo dos 150 milhões de euros e do empréstimo PAEF-RAM para efeitos de pagamento de dívida comercial;

- Variação das Despesas com o pessoal (-2,5%), devido às alterações da estrutura orgânica do Governo Regional que implicaram a transição de funcionários do subsetor do Governo Regional para o subsetor dos serviços e fundos autónomos e devido à diminuição do número de efetivos;
- Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de bens e serviços correntes (-17,2%), motivado, essencialmente, pela diminuição da regularização de dívida às SCUTS;

15

- Acréscimo da despesa com Juros e outros encargos (24,2%);
- ◆ Decréscimo das Transferências correntes (-10,3%);
- Diminuição dos Subsídios em 6,3 milhões de euros face a setembro de 2015;
- Acréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (203,1 mil euros);
- Decréscimo da despesa de capital (-39,3%), a que estão associadas as diminuições das despesas com a Aquisição de bens de capital (-38,8%), motivados pelo forte volume de pagamentos de despesa de anos

- anteriores registado nos nove primeiros meses de 2015;
- final de setembro de 2016 representam 92,8% do total da despesa efetiva, sendo que os pagamentos de despesa corrente relativos a encargos de anos anteriores ascenderam a 117,1 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 80,3% da despesa efetiva. Comparativamente a 2015, as despesas correntes aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva em 3,5 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classifica	ção funcional (janeiro-	setembro)	€ Milhares	
	2015	2016	Peso na estrutura em 2015	
Funções Gerais de Soberania	58.660,0	61.481,1	6,8	
Serviços Gerais da Administração Pública	52.597,4	55.132,9	6,1	
Segurança e Ordem Públicas	6.062,5	6.348,1	0,7	
Funções Sociais	605.387,1	533.827,1	59,4	
Educação	246.221,9	236.723,9	26,4	
Saúde	283.487,1	241.445,9	26,9	
Habitação e Serviços Coletivos	44.870,0	31.711,1	3,5	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	30.808,1	17.592,9	2,0	
Funções Económicas	241.954,5	190.338,4	21,2	
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	27.583,3	27.034,3	3,0	
Indústria e Energia	1.134,2	891,0	0,1	
Transportes e Comunicações	194.287,0	145.484,1	16,2	
Comércio e Turismo	11.854,1	13.440,4	1,5	
Outras Funções Económicas	7.095,9	3.488,5	0,4	
Outras Funções	90.495,1	112.423,5	12,5	
Operações da Dívida Pública	90.495,1	112.423,5	12,5	
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	
Despesa Efetiva	996.496,7	898.070,0	100,0	
Por memória:				
Ativos financeiros	23.136,6	45.756,3	5,1	
Funções Gerais de Soberania	11.275,0	16.687,6		
Funções Sociais	4.033,3	10.625,5	1,2	
Funções Económicas	7.828,2	18.443,3	2,1	
Outras Funções	0,0	0,0	0,0	
Passivos financeiros	107.810,4	118.651,7	13,2	
Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administra	ção Pública			

16

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 • ISSN 2182-6331

- A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 59,4% do total, seguindo-se as funções económicas (21,2%), as outras funções (12,5%) e as funções gerais de soberania (6,8%);
- Nas funções sociais, destacam-se as verbas destinadas à saúde (241,4 milhões de euros) e à educação (236,7 milhões de euros) e que representam, no seu conjunto, 90% das despesas em funções sociais. As despesas com a educação diminuíram cerca de 9,5 milhões de euros, essencialmente devido a alterações na estrutura orgânica dos serviços incluídos no subsetor do Governo Regional, sendo que na saúde o montante despendido revelou-se inferior ao do período homólogo do ano precedente em 42,0 milhões de euros, devido ao facto de em 2016 estar a ser regularizado um valor de dívida de anos anteriores inferior ao ocorrido no período homólogo de 2015;
- As despesas com as funções económicas diminuíram em 2016 face à realização do terceiro trimestre de 2015, cristalizando uma variação de -51,6 milhões de euros em termos homólogos;
- Nas outras funções, os 112,4 milhões de euros executados destinaram-se a operações da dívida pública —

- representando uma variação de 24,2% face à execução registada em 2015, motivada, fundamentalmente, pelo aumento dos encargos com juros;
- Nas funções gerais de soberania, a execução ascendeu a 61,5 milhões de euros, o que representou uma variação de 4,8% face ao registado até ao final de setembro de 2015, motivada pelo acréscimo nos principais agrupamentos da despesa (8,5 milhões de euros), à exceção das despesas com a Aquisição de bens de capital (-5,6 milhões de euros);
 - No que concerne à execução orcamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, que executou 257,9 milhões de euros, afetos, fundamentalmente, ao pagamento de juros e outros encargos e ao pagamento das SCUTS. Segue-se a Secretaria Regional de Educação com 247,7 milhões de euros, dos quais 79,9% são respeitantes às despesas com o pessoal. A Secretaria Regional da Saúde despendeu 240,9 milhões de euros, que correspondem maioritariamente transferências correntes destinadas à área da Saúde. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 2,9 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal

O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamenta	i por ciassir	icação cruza	da organica e e	conomica (jan	eiro-setembr	0,					€M ilhare
	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Assuntos Parlamentares e Europeus	Finanças e Administração Pública	Inclusão e Assuntos Sociais	Economia, Turismo e Cultura	Educação	Ambiente	Saúde	Agricultura e Pescas	TOTAL
Despesa corrente	10.160,9	2.940,0	18.381,2	253.548,4	12.454,3	23.512,5	244.118,8	9.315,9	240.868,1	18.216,1	833.516,3
Despesas com o pessoal	0,0	2.580,5	15.716,7	13.843,8	4.740,1	8.540,6	197.961,9	4.947,5	928,8	13.724,7	262.984,7
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	1.847,6	12.672,9	11.055,7	3.879,1	7.005,8	161.826,3	4.014,8	757,9	10.997,1	214.057,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	252,9	198,7	257,7	7,0	30,0	785,1	46,5	8,0	264,1	1.842,8
Segurança social	0,00	480,0	2.845,1	2.530,3	854,0	1.504,8	35.350,6	886,2	170,0	2.463,5	47.084,6
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	327,9	2.545,7	125.098,3	439,8	5.339,8	8.564,6	653,0	165,7	1.741,5	144.876,4
Aquisição de bens	0,00	90,4	1.025,2	519,7	107,6	1.404,4	3.807,4	69,5	8,1	195,9	7.228,3
Aquisição de serviços	0,00	237,4	1.520,5	124.578,6	332,2	3.935,4	4.757,3	583,5	157,5	1.545,6	137.648,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,1	112.423,5	0,0	0,0	12,6	0,0	0,0	0,0	112.436,2
Transferências correntes	10.160,9	29,7	94,5	1.771,3	7.273,4	7.518,3	37.525,4	3.599,4	239.770,8	2.589,2	310.333,0
Administrações Públicas	10.160,9	0,0	0,0	1.745,2	5.922,7	821,4	10.281,3	3.587,0	239.498,9	2.577,8	274.595,2
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	10.160,9	0,0	0,0	1.745,2	5.922,7	821,4	10.281,3	3.587,0	239.498,9	2.577,8	274.595,2
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	29,7	94,5	26,2	1.350,7	6.696,9	27.244,1	12,4	271,9	11,4	35.737,8
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.107,6	26,9	0,0	0,0	119,8	2.254,3
Outras despesas correntes	0,0	1,9	24,4	411,5	0,9	6,1	27,2	116,0	2,8	41,0	631,7
Despesa de capital	0,0	9,1	45.115,7	4.358,8	5.644,2	434,7	3.532,4	3.814,6	4,4	1.640,0	64.553,8
Investimento	0,0	9,1	45.115,7	3.466,2	0,0	200,7	140,3	714,6	1,3	18,3	49.666,
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	892,6	5.644,2	234,0	3.392,1	3.100,0	3,0	1.621,7	14.887,7
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	892,6	5.644,2	234,0	27,8	0,0	3,0	1.621,7	8.423,3
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0	1.000,0
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	892,6	5.644,2	234,0	27,8	0,0	3,0	621,7	7.423,3
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.364,4	3.100,0	0,0	0,0	6.464,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
											0,0
Despesa efetiva	10.160,9	2.949,1	63.496,9	257.907,2	18.098,5	23.947,2	247.651,2	13.130,6	240.872,4	19.856,1	898.070,0
Por memória:											
Ativos financeiros		0,0	736,9	13.680,6	1.800,0	20.613,3	1.325,5	0,0	7.500,0	100,0	45.756,3
Passivos financeiros		0,0	0,0	118.651,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	118.651,7
Operações extraorcamentais	0.0	0,0	0,0	0,0	0.0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	86.822,8

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ◆ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM Centro de Abate da Região
 Autónoma da Madeira, EPERAM;
 - IHM Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM Serviço Regional de Saúde,
 E.P.E.;

- ARDITI Agência Regional para o
 Desenvolvimento da Investigação,
 Tecnologia e Inovação Associação;
- Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- Por outro lado, em 2016, as transferências para o SESARAM, E.P.E., voltam a ser processadas através do IASAÚDE, IP-RAM, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto ao subsetor dos serviços e fundos autónomos;
 - O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de setembro de 2016, situou-se em 12,1 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o pessoal (110,7 milhões de euros), com a aquisição de bens e serviços correntes (78,4 milhões de euros), com juros e outros encargos (9,7 milhões de euros) e com transferências correntes (7,1 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 207,8 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da aquisição de bens

de capital totalizou 12,7 milhões de euros. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 216,0 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a 16,6 milhões de euros, contribuiu de

forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de setembro.

Verifica-se uma quebra no saldo global das EPR de 6,0 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		€ Milhares
	agosto	setembro
Entidades Públicas Reclassificadas	18.034,0	12.052,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Fundos Os Serviços e **Autónomos** registaram um excedente de 12,2 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), que atingiram 272,4 milhões de euros, o que representa 98,0% da receita corrente arrecadada até setembro de 2016. Nas receitas de capital - não considerando o gerência anterior saldo da transferências provenientes da União

Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital em 2016 (95,4%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e com o pessoal, que representaram 98,4% da despesa efetiva.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

Por memória: 299.756,8 210.850,3 Saldo primário 13.182,9 21.746,0					
	SFA	EPR	TOTAL		
Saldo global	12.176,4	12.052,2	24.228,6		
Por memória:					
Despesa primária	299.756,8	210.850,3	510.607,1		
Saldo primário	13.182,9	21.746,0	34.928,9		
Saldo corrente	8.718,6	8.139,2	16.857,8		
Saldo de capital	3.457,8	3.912,9	7.370,8		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	104,0	11.696,4	11.800,4		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	32.023,9	32.023,9		

O saldo global (SFA+EPR) relativo a setembro de 2016 totalizou 24,2 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelas EPR, cujo saldo global ascendeu a 12,1 milhões de euros, e do desempenho evidenciado pelos SFA, que

registaram um saldo de 12,2 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 16,9 e 7,4 milhões de euros. A *despesa primária* fixouse nos 510,6 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 34,9 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos A	utónomos e EPR (jane	iro-setembro)	€ Milhares
	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	303.411,5	215.971,3	519.382,8
Impostos diretos	369,6	0,0	369,6
Impostos indiretos	16,1	0,0	16,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.290,2	7.942,5	10.232,7
Transferências Correntes	297.322,6	185.897,4	483.219,9
União Europeia	22.392,4	862,1	23.254,5
Outras transferências	274.930,2	185.035,3	459.965,4
Venda de bens e serviços correntes	2.441,7	11.325,7	13.767,4
Outras Receitas Correntes	971,2	10.805,8	11.777,0
Receita de capital	9.528,2	16.625,0	26.153,2
Venda de bens de investimento	0,0	11,4	11,4
Transferências de capital	9.438,1	16.591,9	26.030,0
União Europeia	9.090,5	7.451,2	16.541,7
Outras transferências	347,7	9.140,7	9.488,4
Outras Receitas de Capital	0,0	14,9	14,9
Receita efetiva	312.939,7	232.596,3	545.536,0
Despesa corrente	294.693,0	207.832,0	502.525,0
Despesas com o pessoal	27.458,8	110.653,6	138.112,4
Aquisição de bens e serviços	63.479,6	78.410,5	141.890,0
Juros e outros encargos	1.006,5	9.693,8	10.700,3
Transferências correntes	199.416,4	7.146,5	206.562,9
Outros subsetores das Administrações Públicas	1.682,2	0,0	1.682,2
Outras transferências	197.734,2	7.146,5	204.880,7
Subsídios	3.246,1	168,1	3.414,2
Outras despesas correntes	85,5	1.759,6	1.845,1
Despesa de capital	6.070,4	12.712,1	18.782,4
Investimento	430,7	12.705,3	13.136,0
Transferências de capital	5.639,7	6,7	5.646,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	300.763,3	220.544,1	521.307,4
Saldo global	12.176,4	12.052,2	24.228,6

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de setembro dos SFA e das EPR ascendeu a -5,0 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido um défice de -0,7 milhões de euros, e o de

capital um défice de -4,3 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 65,8 milhões de euros e o saldo primário em -4,9 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

	S	etembro 2016	
	SFA	EPR	
	execução	execução	Total
	mensal	mensal	
Receita corrente	34.072,5	25.185,8	59.258,3
Impostos diretos	41,4	0,0	41,4
Impostos indiretos	2,3	0,0	2,3
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	34.028,8	25.185,8	59.214,6
Transferências correntes	33.295,4	20.940,1	54.235,5
Receita de capital	503,8	1.169,3	1.673,1
Venda de bens de investimento	0,0	0,2	0,2
Transferências capital	489,7	1.169,0	1.658,6
			0,0
Receita efetiva	34.576,3	26.355,1	60.931,4
Despesa corrente	33.160,8	26.815,6	59.976,4
Consumo público	10.147,0	25.881,4	36.028,4
Despesas com o pessoal	3.420,1	11.574,1	14.994,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	6.726,8	14.307,3	21.034,1
Subsídios	415,4	24,9	440,3
Juros e outros encargos	56,7	116,4	173,1
Transferências correntes	22.541,8	792,8	23.334,6
Despesa de capital	480,7	5.521,4	6.002,0
Investimento	44,3	5.521,4	5.565,6
Transferências de capital	436,4	0,0	436,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
			0,0
Despesa efetiva	33.641,5	32.336,9	65.978,4
Saldo global	934,7	-5.981,8	-5.047,1

O quadro XIII apresenta os saldos de setembro dos subsetores do Governo Regional, SFA e EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

OLIADRO XIII - Evecucão orcamental Goy Reg	SEA & FDR

€ Milhar

Universos comparáveis - G EPF		,	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA EPR)		
	setembro 2016	janeiro-setembro 2016	setembro 2016	janeiro-setembro 2016	
Saldo global	21.971,3	203.468,4	-5.813,5	21.822,5	
Por memória:					
Saldo corrente	29.117,1	178.936,9	6.853,4	2.518,7	
Despesa corrente primária	47.557,9	561.851,7	74.257,1	759.971,6	
Saldo corrente primário	31.614,6	292.379,6	9.467,2	125.655,2	
Saldo de capital	-7.145,9	24.531,6	-12.666,9	19.303,8	
Despesa primária	58.085,0	625.052,5	90.305,5	835.884,5	
Saldo primário	24.468,7	316.911,1	-3.199,6	144.959,0	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a 178,9 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido 24,5 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende

a 316,9 milhões de euros até setembro de 2016. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada até setembro de 2016 foi de 885,6 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 883,1 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 95,2 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a

75,9 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 980,8 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 959,0 milhões de euros. No quadro XIV está expressa a desagregação por receita e despesa do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

	Universos comp	aráveis - Gov.	Execução Universo real - Gov. Regional e		
	Regional e SF	A (sem EPR)	SFA (c	com EPR)	
	setembro 2016 jane	iro-setembro 2016	setembro 2016	janeiro-setembro 201	
Receita corrente	79.172,5	854.231,2	83.724,3	885.626,8	
Impostos diretos	28.995,0	269.377,1	28.995,0	269.377,1	
Impostos indiretos	43.872,7	372.653,5	43.872,7	372.653,5	
Contribuições de Segurança Social	0,0	15,9	0,0	15,9	
Outras receitas correntes	6.304,8	212.184,8	10.856,6	243.580,4	
Transferências correntes	3.537,6	174.006,7	3.843,8	175.346,7	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	10,3	149.996,6	10,4	150.133,9	
Receita de capital	3.381,1	87.732,4	3.381,5	95.216,7	
Venda de bens de investimento	0,0	398,7	0,2	410,1	
Transferências capital	3.362,5	72.345,7	3.362,5	79.796,9	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	40.855,3	0,0	40.855,3	
Receita efetiva	82.553,7	941.963,6	87.105,8	980.843,5	
Despesa corrente	50.055,4	675.294,4	76.871,0	883.108,1	
Consumo público	40.527,8	499.516,7	66.409,3	690.340,3	
Despesas com o pessoal	29.938,3	290.443,5	41.512,4	401.097,1	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	10.589,6	209.073,2	24.896,9	289.243,2	
Subsídios	598,0	5.500,4	622,9	5.668,5	
Juros e outros encargos	2.497,4	113.442,7	2.613,9	123.136,5	
Transferências correntes	6.432,1	56.834,6	7.224,9	63.962,8	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	177,4	1.682,2	177,4	1.682,2	
Despesa de capital	10.527,0	63.200,8	16.048,4	75.912,9	
Investimento	10.058,1	50.096,8	15.579,5	62.802,1	
Transferências de capital	468,9	13.104,1	468,9	13.110,8	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	4,2	2.007,6	4,2	2.007,6	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	60.582,4	738.495,2	92.919,3	959.021,0	
Saldo global	21.971,3	203.468,4	-5.813,5	21.822,5	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 • ISSN 2182-6331

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de setembro de 2016 ascendia a 716,6 milhões de euros, dos quais 61,0% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 15,5% do montante do passivo verificado;
- Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 616,2 milhões de euros;
- Até 30 de setembro, comparando com 01/01/2016, a Região diminuiu os passivos em 129,9 milhões de euros, tendo os pagamentos em atraso registado uma quebra de 20,1 milhões de euros;
- Desde o início de 2012, e considerando o mesmo universo de entidades, a

- redução de passivos ascendeu a 2.056,7 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.092,3 milhões de euros;
- Os pagamentos em atraso apurados até ao final de setembro de 2016 correspondem a 98,5 milhões de euros, dos quais 69,0 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (78,6%) e ao Governo Regional (20,3%);
- Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de bens e serviços correntes representar 34,0% do total do Passivo e 71,3% dos pagamentos em atraso;
- Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de setembro de 2016, no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de setembro de 2016 (valores acumulados) € Mill						€ Milhares
		setembro de 20)16	Variação face	e ao stock inic	ial de janeiro
Total		Stock final do per	íodo		Contas a	Dagamentes
Total	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em	Passivo	Passivo pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	atraso		pagai	ematiaso
Despesas Correntes	651.533,52	441.160,64	90.382,22	-13,59%	-21,67%	-11,64%
Despesas com Pessoal	6.454,94	5.515,86	49,82	-62,34%	179,25%	355,73%
Aquisições de Bens e Serviços	243.447,88	208.545,34	70.209,20	-14,33%	-26,15%	-15,69%
Juros e outros encargos	317.655,92	146.609,98	19.770,51	-5,86%	-11,02%	6,29%
Transferências Correntes	83.091,98	79.753,34	341,16	-25,99%	-28,23%	-14,60%
Subsídios	693,26	553,02	0,00	-75,15%	-79,66%	0,00%
Outras Despesas Correntes	189,54	183,09	11,52	0,11%	-2,56%	0,00%
Despesas de Capital	65.066,81	44.621,83	8.154,12	-29,67%	-31,26%	-49,97%
Aquisições de Bens de Capital	29.803,84	13.405,73	6.290,87	-31,10%	-51,67%	-60,82%
Transferências de Capital	35.262,97	31.216,09	1.863,25	-28,40%	-16,03%	671,99%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	716.600,34	485.782,47	98.536,34	-15,35%	-22,66%	-16,91%

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de setembro de 2016 (valores acumulados) € Mill						€ Milhares		
		setembro de 20)16	Variação face ao stock inicial de janeiro				
Governo Regional		Stock final do per	íodo	Passivo Contas a		Contas a Pagamer		Pagamentos
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso	Passivo	pagar	em atraso		
Despesas Correntes	381.670,58	210.508,74	14.686,90	-7,25%	-21,19%	-0,46%		
Despesas de Capital	55.642,76	38.331,33	5.281,53	-23,35%	-20,36%	-25,83%		
Total	437.313,34	248.840,07	19.968,43	-9,66%	-21,06%	-8,72%		

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de setembro de 2016 (valores acumulados) € Milhares						
	setembro de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
Serviços e Fundos Autónomos	Stock final do período				Contas a	Pagamentos
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em	Passivo	pagar	em atraso
	. assive Contas a pag		atraso		, ,	
Despesas Correntes	111.075,30	108.801,62	1.085,51	-26,83%	-27,57%	-0,11%
Despesas de Capital	220.28	220.28	0.00	410.09%	410.09%	0,00%
				.20,0070	120,0070	0,0070
Total	111.295,59	109.021,90	1.085,51	-26,71%	-27,44%	-0,11%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de setembro de 2016 (valores acumulados)						€ Milhares
		setembro de 20)16	Variação face ao stock inicial de janeiro		
Entidades Públicas Reclassificadas	Stock final do período				Contas a	Pagamentos
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso	Passivo	pagar	em atraso
Despesas Correntes	158.787,65	121.850,28	74.609,81	-16,73%	-16,46%	-13,70%
Despesas de Capital	9.203,77	6.070,21	2.872,60	-53,67%	-63,72%	-68,70%
Total	167.991,41	127.920,50	77.482,41	-20,21%	-21,33%	-18,98%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

Saldo Corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 10, outubro de 2016 • ISSN 2182-6331

♦ 6. Siglas e abreviaturas

ADSE Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

APR Administração Pública Regional

CGA Caixa Geral de Aposentações

CIVA Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

DGO Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)

EPR Entidades Públicas Reclassificadas

FCN Fundo de Coesão Nacional

GR/Gov. Reg. Governo Regional (da Madeira)

IABA Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas

IRC Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IS Imposto do Selo

ISP Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

ISV Imposto sobre Veículos

IT Imposto sobre o Tabaco

IVA Imposto sobre o Valor Acrescentado

LCPA Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

LOE Lei do Orçamento do Estado

OE Orçamento do Estado

p.p. pontos percentuais

PAEF-RAM Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira

SEC 2010 Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais

SCUTS Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores

SFA Serviços e Fundos Autónomos

SNS Serviço Nacional de Saúde

VH Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

Quadro I - Execução orçamental consolidada (janeiro-setembro)	5
Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-setembro)	7
Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (setembro)	9
Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-setembro)	11
Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-setembro)	
Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-setembro)	14
Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-setembro)	
Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-setembro)	17
Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	19
Quadro X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-setembro)	20
Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-setembro)	21
Quadro XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (setembro)	22
Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	22
Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	23
Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de setembro de 2016 (valores acumulados)	25
Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de setembro de 2016 (valores acumulados)	25
Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de setembro de 2016	25
Quadro VVIII — Contas a pagar, dos Sarvicos a Fundos Autónomos, no final de catambro de 2016	21



♦ Ficha técnica

TÍTULO: Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2016

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Outubro de 2016

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucionalhttp://www.madeira.gov.pt/srf/ | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt





